

FEMINISMO, ARQUITETURA E URBANISMO

FEMINISM, ARCHITECTURE AND URBANISM

Shirley Terra Lara dos Santos¹

Resumo

O ensaio notabiliza apontamentos a cerca da teoria feminista a partir do olhar de pesquisa em arquitetura e urbanismo. Objetiva o movimentar do pensamento sobre a práxis na área com referências teóricas-críticas e o encontro com alguns atravessamentos feministas relevantes internacionalmente – com isso, busca comprovar como a temática feminista deve ser considerada cotidianamente. Visibilizando novas e-ou outras práxis de pensar-escrever-fazer-pesquisar em arquitetura e urbanismo. A escrita percorre alguns dos conteúdos básicos para a conceituação teórica contemporânea sobre gênero-feminismo-mulher, escrito com a perspectiva de análise feminista e com recorte de raça e classe. O texto traz rastros descritivos sobre o método de pesquisa utilizado durante esta escrita de manejo cartográfico, apresentando- o como uma possibilidade de argumentação crítica científica. Por fim, resenha brevemente sobre o conceito de urbanismo feminista, fundamentado pelo Col Lectiu Punt 6, especificamente o que tange a práxis em mobilidade urbana.

Palavras-chave: feminismo, urbanismo feminista, arquitetura feminista, cartografia urbana, cartografia feminista.

Abstract

The essay notes notes about the feminist theory from the perspective of research in architecture and urbanism. It aims the movement of thought about the practices in the area with critical-theoretical references and the encounter with some internationally relevant feminist crossings - thus, it seeks to prove how the feminist theme should be considered on a daily basis. Making visible new and/ or other praxis of thinking-writing-doing-researching in architecture and urbanism. The writing goes through some of the basic contents for the contemporary theoretical conceptualization about gender-feminism-women, written with the perspective of feminist analysis and with a cutout of race and class. The text brings descriptive tracks about the research method used during this cartographic management writing, presenting it as a possibility of scientific critical argumentation. Finally, it briefly reviews the concept of feminist urbanism, based on Col Lectiu Punt 6, specifically what concerns urban mobility praxis.

Keywords: feminism, feminist urbanism, feminist architecture, urban cartography, feminist cartography.

¹ Shirley dos Santos (Sky) | escritora. educadora. cartógrafa. arquitetaurbanista. ar-risca-se em escrita poética, processos criativos e educação libertária - enquanto lugares de experiênci(ação) entre subjetividades e materialidade estética. exercita aproximações entre as áreas de: urbanismo feminista, cartografia urbana e filosofia da diferença, narrativas urbanas e produção de subjetividade, caminhografia urbana e teoria crítica.

Pra que ler (escrever) este texto?

A decisão em publicar essa escrita surge da relevância e urgência em disponibilizar nos meios digitais de fácil acesso e rápida leitura – como revistas eletrônicas, conteúdos científicos sensíveis e experientes que dizem sobre e como fazer-pesquisar-estudar arquitetura e urbanismo com a perspectiva feminista. Com isso, esse ensaio baseia-se na movimentação do pensamento feminista que compõe o corpo teórico elaborado durante uma pesquisa de mestrado em arquitetura e urbanismo realizada durante os anos de 2018 e 2020, no sul do Brasil². Logo, pode surgir a dúvida de quem nesse momento o lê: “pra quê publicar em 2022 uma escrita anterior à pandemia de 2020? Considerando que, é sabido pela ciência feminista e da arq-urb que houveram avanços nas áreas nesses últimos anos, alguns que inclusive podem trazer informações “desatualizadas” sobre o assunto, considerando os novos cenários pelo mundo.

Desse mesmo modo, estas foram perguntas que incorporaram o pensamento sobre publicar ou não tal texto crítico. A decisão foi tomada a partir do compromisso inicial da pesquisa da autora que era revelar, e principalmente, registrar e democratizar a relevância e inovação que é trabalhar com o encontro entre as problemáticas de pesquisa em arquitetura e urbanismo a partir do recorte de feminismo-gênero-mulher. O ensaio aqui apresentado está neste lugar, portanto, enquanto um instrumento-objeto de auxílio a quem inicia-se (ou não) na intersecção de estudos científicos com tais temáticas, propondo-se não há “responder perguntas”. Mas em revelar alguns possíveis atravessamentos feministas cotidianos durante a práxis em arquitetura e urbanismo, alguns indiferente do “tempo cronológico” se fazem presente. Deste modo, durante a leitura serão apresentadas algumas das principais vozes e pensadoras críticas desse encontro entre arq-urb e feminismo, considerando o recorte temporal de 2015 até janeiro de 2020.

Como se trata de um ensaio baseado em uma pesquisa feminista, a prática científica costuma apontar o lugar geográfico que serviu como palco para a experiência feminista. Notabilizando portanto os diferentes modos de vivências que há em fazer pesquisa feminista, a qual apesar de suas diferenças, comprovou a relevância que há na relação corpórea com o lugar o qual é definido para “campo” de pesquisa. Este lugar, então, vai além de um ponto geográfico, é também compreendido como um tipo de território, consequentemente é de extrema relevância para o pensamento feminista ao menos nome-á-lo, à vista disso o território geográfico também diz sobre a territorialização do corpo que pesquisa. Logo é esse corpo afectado “o responsável” pelo movimento do pensamento de pesquisa durante os processos de pesquisa e em seus diferentes modos de vida humana, conforme Santos (2020).

Dessa maneira, para a experiência feminista enquanto ciência, tal dissertação na sua integralidade contribuiu para a afirmação de que o corpo que pesquisa e/ou experiência o “campo”, é sim atravessado pela territorialidade encontrada durante todo o processo de pesquisa. A dissertação concluiu também que a partir da experiência de uma passageira-pesquisadora-arq-urb, entre março de 2018 e março 2020 foi possível desenvolver um método cartográfico de pesquisa sobre “o agora” e a cidade – sobre a contemporaneidade urbana. Essa buscou traços que diziam como seria uma cidade feminista que acolhesse a realidade das mulheres de Pelotas usuárias do transporte público coletivo naquele momento, visibilizando a discussão sobre mobilidade urbana em regiões fora do eixo Rio-São Paulo, numa cidade interiorana do Rio Grande do Sul.

² A dissertação aqui citada é intitulada como: Narrativas Urbanas sobre o estar “em ônibus”: experiência cartográfica feminista, e pode ser encontrada integralmente em versão digital na biblioteca do PROGRAU/UFPel, disponível em http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/5782/1/Shirley_Terra_Lara_dos_Santos_Dissertacao.pdf

Contudo, Santos (2020) se propõe a olhar para a cidade sob uma perspectiva feminista: uma experiência cartográfica que colocava os óculos feminista impulsionada por reflexões teóricas e vivências como mulher, enquanto transitava pelos lugares urbanos. Como resultado, uma cartografia urbana que se valeu da experiência em ônibus por Pelotas (RS), no trajeto centro-periferia. Compondo narrativas urbanas com os atravessamentos que ocorreram durante os per(cursos) encontrados em ônibus, com isso conversou em sua revisão teórica com pensadoras urbanísticas, teóricas feministas e filósofas da diferença incorporando um diálogo que possibilitasse pistas e rastros para uma cidade feminista.

Por fim, esse ensaio por compor o estudo de Santos (2020), tem a sua relevância em instigar e apoiar teoricamente novos e outros estudos - mesmo que estes sejam breves ou iniciais e conseqüentemente contribuir com a ciência e práxis feminista contemporânea.

Porque há o direito ao grito. Então eu grito.
(LISPECTOR, 2017, p.49)

Introdução

Em 2015, o Brasil ocupava o 5º lugar no ranking mundial em relação aos países com mais violência contra a mulher, de acordo com o “Mapa da Violência”. Naquele ano identificou-se que o índice de morte de mulheres brancas, havia caído para quase 10% nos últimos 10 anos. Considerando o mesmo período, a FLACSO mostrou que o índice de morte de mulheres negras brasileiras demonstrava um crescimento alarmante, alcançando 54% (FLACSO/BRASIL, 2015). Apesar dos anos, os números continuam assustadores no que diz respeito às vidas das mulheres, conforme o IPEA 2021:

Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras (IPEA, 2021).

No Atlas da Violência 2017 (IPEA, 2017) já era apresentada a residência “unifamiliar” como o lugar onde a mulher mais sofre violência: a moradia da mulher é para ela o lugar de maior risco, sendo a rua (espaço público), apontado como segundo lugar nas ocorrências de agressões às mulheres. Em relação a luta contra violência às mulheres, o termo abrangente merece atenção para melhor compreensão a respeito das ações definidas como violentas, elas não se restringem somente à agressão física, como também psicológica, sexual, patrimonial e moral, em suas multifacetadas, conforme a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

Os estudos sobre violência urbana e mulher, cidade e gênero, mobilidade urbana e mulher, são mais expressivos do que aqueles que remetem à mulher e a sua casa, ou a relação direta arquitetura-habituação e gênero – evidenciando a urgência em tratarmos do assunto com seriedade e da relevância que há no cruzamento das áreas de estudos feministas e-ou de gênero com a área da arquitetura-urbanismo. Contudo, os estudos sobre feminismo, arquitetura e urbanismo abrangem tantas e muitas outras demandas não só àquelas vinculadas diretamente à segurança urbana, doméstica e as vivências das mulheres e ou de gêneros em constante vulnerabilidade social.

Tá, mas porquê nomear um estudo como feminista, e não sobre o gênero feminino ou mulheres?

A respeito da titulação da dissertação como feminista, Santos (2020) diz que muito foi questionado com isso identificou-se naquele momento a necessidade de um capítulo que trata-se especificamente sobre a **autoproclamação feminista**. Para isso foram traçados paralelos teórico-conceituais entre de duas filósofas feministas, a brasileira Márcia Tiburi (2015) que há anos nos alerta sobre a importância de uma mulher autoproclamar-se como feminista, sendo uma ação potente que “reforça o lugar da mulher na história e na política, como protagonista de suas próprias lutas e sujeita de si”. Dialogando portando sobre a necessidade da autoproclamação feminista, o manifesto de Carol Hanish (2009), uma expoente feminista radical dos anos 1960, intelectual e militante pelo direito das mulheres, a precursora do conceito filosófico que “O pessoal é político”. Tiburi (2014) apesar de não ser urbanista, nos auxilia tecnicamente sobre o entendimento que há nas fronteiras entre o público e privado, entre desejo e poder, quando diz:

A frase é de efeito, daquelas que nos levam a pensar. Ela implica o posicionamento de cada um no político, a eliminação da fronteira entre público e privado, entre desejo e poder. Isso quer dizer que cada um está no mundo social com aquilo que é e, ao mesmo tempo, cada um é fruto daquilo que está além de si (TIBURI, 2014, n.p).

Corroborando com pensamento feminista internacional de Hanisch, que foi precursor considerando a contemporaneidade de seu manifesto, ao em apontar e reivindicar as questões sobre vida pública e privada e os lugares de poder, Muxí e Montaner (2014) defendem a impossibilidade de criar espaços para que as pessoas se relacionem genuinamente enquanto grupo, sem que haja vinculação direta com relações políticas. Posto isso, Santos (2020) destaca que para Muxí e Montaner, o político e o pessoal também estão diretamente relacionados. Visto que os estudiosos seguem o pensamento evidenciando a importância do movimento e crítica intelectual feminista para a essência da arquitetura, que é sempre propor o horizonte de futuro, conhecendo bem as perguntas às quais devemos responder, sem perder as noções da realidade, nem a imaginação que potencializa projetos.

As palavras da importante arquiteta urbanista feminista Zaida Muxí, provoca os profissionais da arquitetura e urbanismo (arq-urb) a deduzirem e descobrirem os interesses e implicações políticas que coexistem às sombras da materialidade projetual, tanto em âmbito público quanto privado. Santos (2020) corrobora ao coro que defende Muxí como uma referência para quem objetiva construir uma nova teoria e prática da arquitetura para um possível mundo melhor. Ela em seu livro com Montaner, reivindica e aponta a urgência em incorporar as novas contribuições do pensamento pós-colonial, feminista, antiglobalização. Para a construção de um discurso crítico, enraizado na América Latina e no mediterrâneo, fugindo de interpretações deslocalizadas e universalistas (MUXÍ; MONTANER, 2014).

Santos (2020) conseqüentemente passa a nomear-entitular a pesquisa como feminista também como uma práxis científica feminista, pois ao autoproclamar o olhar feminista durante a cartografia urbana ela também passa a construir e colaborar com os modos e metodologias feministas também na área da arquitetura e urbanismo. Dessa maneira, reafirma-se a urgência de compreensão e aceitação da ciências humanas (como os estudos feministas) enquanto diretrizes e processos que caracterizam a inovação no campo da arq-urb. Justificando também o entendimento do que é-seria uma arquitetura feminista e-ou um urbanismo feminista. Tais conceituações, pode-se interpretar a partir dos estudos de Santos (2020) são definidos com a ação e autoproclamação

feminista na práxis arq-urb, é preciso pensar, projetar, pesquisar, construir e analisar o pós escrita-ocupação-experiência, o que nada mas é do que o processo natural de integração e validação de um novo “campo de trabalho” dentro da área. Com a devida atenção, a urgência os debates feministas, de gênero e mulher serem considerados como avanços na ciência e práxis arq-urb para incorporar as análises como uma prática de acessibilidade, direito à cidade e democratização das políticas públicas em arquitetura e urbanismo.

Feminismo ≠ Mulher ≠ Gênero

Para construção de qualquer estudo ou pesquisa é importante a compreensão das diferentes conceituações que há nessas três palavras. A olhos desacostumados ou iniciantes na área podem parecer iguais, porém não são. Inclusive os entendimentos e conceituações acerca desses termos é fundamental para que haja um estudo de fato científico. Ou seja, não só nos movimentos sociais tais termos demandam a anúncio prévia de definição utilizada ao assumir as pautas e reivindicações. Tal debate conceitual é bastante caro e relevante tanto aos movimentos sociais quanto para a ciência que trata a partir de tais conceitos. Para a pesquisa de Santos (2020):

entendeu-se que uma análise a partir da teoria feminista contempla a realidade das mulheres e, principalmente, mapeia possíveis evidências de uma cidade pensada à serviço do patriarcado machista, racista e misógino. O que não aconteceria caso a dissertação se atentasse para lugares urbanos, a partir de um recorte de gênero feminino. Pois, o entendimento de feminino e masculino, não necessariamente diz sobre mulher e homem, respectivamente. Mulheres podem ser femininas e/ou masculinas, assim como, homens podem ser femininos e/ou masculinos. Masculinidade e feminilidade não são determinantes do sexo, nem da sexualidade das pessoas, e sim, estereótipos naturalizados socialmente para uma conformidade pré-determinada tanto pela medicina quanto pelo patriarcado. (NICHOLSON, 2019). Inclusive, a naturalização de gêneros e socialização, são as principais causas apontadas por feministas radicais, desde a década de 60, como uma das raízes da opressão contra as mulheres (SANTOS, 2020, p.38).

Santos (2020) segue a argumentação de que se para os estudos da dissertação, fosse afirmado o olhar-pesquisa pensando o gênero feminino, não garantir-se-ia a visibilidade dos rastros que auxiliam a refletir sobre uma nova experiência urbana verdadeiramente democrática de maneira mais abrangente.

Assim, colocar os óculos feministas sob o olhar-corpo-pesquisadora ao percorrer em ônibus, alguns lugares de centro-periferia de Pelotas, têm o propósito de possibilitar uma visão sensível às frestas que resistem às estruturas hegemônicas, uma visão autoproclamada feminista em prol de uma pesquisa transgressora às ordens acadêmicas e sociais. Nessa cartografia, então, as narrativas urbanas (JACQUES, 2008) se apresentam como dispositivos e processos de evidências potentes e necessárias, sobre outras realidades urbanas (SANTOS, 2020, p.39).

A defesa de Santos (2020) se sustenta na práxis quando ela diz que o olhar para as cidades brasileiras e para os cenários vividos pelas mulheres na contemporaneidade, a partir do “óculos feminista”, bem como trabalhar em pesquisas que tramem qualquer área do conhecimento e a temática mulher-feminismo-gênero, se mostra como uma demanda urgente nas universidades. Dessa maneira, se são as universidades consideradas responsáveis pela pesquisa científica, estaríamos então diante da evidência da ciência feminista enquanto um método de pesquisa, não só e práxis. Portanto, podemos anunciar a arquitetura feminista e-ou o urbanismo feminista enquanto inovações na área, tendo que receber devida legitimidade tanto dos órgãos profissionais quanto pelas instituições e seus profissionais nessas atuantes.

Santos (2020) recorre às mulheres historicamente consideradas como importantes dentro da área da ar-urb para seguir sua argumentação. Para professora as mulheres, arquitetas-urbanistas ou não, já investigam sobre corpo-cidade há tempos, ao pensar a partir das experiências, caminhos e percepções humanas durante os muitos per(cursos) das cidades, mesmo sem se afirmarem em discursos feministas. Indiferente do motivo pelo qual não há autopromoção feminista, Jane Jacobs (2014) em seu *best-seller* de manifesto a favor da vida nas grandes cidades, descreveu sobre o urbanismo norte-americano, confrontando ideias hegemônicas sobre planejamento e desenho urbano, ao considerar o processo de especulação imobiliária, entre outras práticas urbanas, direcionadas pelo sistema neoliberal responsável pelo pensamento urbanístico espetacular, já na década de 60. O manifesto de quase 50 anos, trás reflexões de Jacobs que são consideradas como um marco histórico e de transgressão ao pensamento tradicional urbanístico internacional.

A urbanista tornou-se referência mundial para estudantes e profissionais da área, inclusive para aqueles estudos que criticam práxis contemporâneas que não soubera interpretar as teorias de Jacobs a partir de um olhar na contemporaneidade, considerando as emergências de cada país, escola ou grupo social ao longo desses anos. Jornalista de formação e urbanista autodidata, Jacobs é apontada como uma das “pioneiras” (primeiras mulheres) a desenvolverem o pensamento sobre arq-urb, rompendo com o protagonismo dos homens que na época, eram maioria na categoria profissional, sendo interpretada não só por Santos (2020) mas por outras arquitetas feministas como percurso de uma escola urbana feminista. Entre as urbanistas brasileiras, Santos (2020) destaca Ermínia Maricato, reafirmando a importância de Maricato como gestora pública e militante pelo direito à cidade e à moradia. Ao surpreender a cada dia com a sua vivacidade docente e teorias acerca do “morar e viver” dos cidadãos brasileiros, pensando as vulnerabilidades e potências que definem as cidades, desenvolvendo propostas e reflexões sobre políticas públicas urbanas:

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda a melhoria das condições de vida, é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, transporte, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte, ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença (MARICATO, Ermínia, 2013, p. 19-20).

Para falar sobre cidades e lugares urbanos Santos (2020) faz uso de outras áreas do conhecimento, não só da arq-urb, os conceitos e reflexões da filosofia a auxiliam no serviço de dizer da complexidade que é aproximar política e subjetividade das cidades contemporâneas. Magnavita (2011), por exemplo, é apontado pelo uso da filosofia da diferença, para representar a rede de encontros e agenciamentos urbanos:

Cidade é um território de agenciamentos e onde os processos de codificação e decodificação se relacionam com os estratos enquanto acumulação, sedimentação e dobramento de Formas e Substâncias e, portanto, estratificações históricas na dupla articulação de agenciamento coletivos de enunciação e de agenciamentos maquínicos, ou seja, o que se enuncia sobre a Cidade (diz-se, individualização sem sujeito) e o que nela se faz, se produz (ações, paixões) (MAGNAVITA, 2011, p. 207).

Nos séculos XIX e XX a importância da multidisciplinaridade e compreensão da complexidade dos estudos sobre arq-urb pelo mundo já eram presentes, tais discussões com a presença de mulheres, apesar de pouco incentivada e reconhecida, acontecia de maneira revolucionária (SANTOS, 2020). Durante “o processo de experimentação, prototipagem e propostas com o objetivo de revolucionar o funcionamento no espaço doméstico criando espaços flexíveis e unitários, relacionados com o entorno cultural ou contexto urbano”, são citados vários nomes de homens, porém muitas mulheres como “Catharine Beecher, Christine Frederick, Erna Meyer, Lilly Reich” entre outras, nem todas arquitetas e urbanistas, também trabalharam na pauta “estabelecendo uma forte tradição de repensar a moradia a partir da experiência e da eficácia”. Apesar da importantíssima contribuição destas profissionais para a teoria crítica moderna e contemporânea, elas foram invisibilizadas, como apontado por Zaida Muxí e Josep Montaner (2014, p. 36), em “Arquitetura e Política: Ensaio para mundos alternativos”.

Em termos de Brasil muito do que houve a respeito de estudos e movimentos feministas nos últimos treze anos foi assistido, acompanhado e por vezes à nível regional até protagonizado por Santos. Fazendo com que sua escrita e desenvolver da pesquisa ganha-se um outro tom, uma voz de quem faz parte desse processo. Com isso, Santos conta que em 2013, estudantes de Brasília organizaram-se em grupo para encontrar e compartilhar sobre as mulheres pioneiras da arq-urb mundial. No site do grupo *Arquitetas Invisíveis*³ pode ser encontrado o registro do pioneirismo de 48 profissionais, contudo apesar do esforço inicial da jovens do coletivo, destas quase 50 mulheres a maioria não eram brasileiras ou latino-americanas. O que já sabido entre as estudosas na área, ficou evidente a urgência em produção de pesquisas com enfoque na realidade da arquitetura e urbanismo brasileiro. O levantamento feminista que antes vinha sendo veiculado via página de Facebook, após dois anos de trabalho e por meio de financiamento coletivo, passou a ser publicado em formato de revista digital e impressa. Com o sucesso e interesse sobre o assunto, Santos (2020) nos conta que uma segunda edição da revista “*As Arquitetas Invisíveis*”, está sendo elaborada, reunindo trabalhos e iniciativas que versem sobre gênero, mulheres, arq-urb e outras áreas relacionadas, mas que se situam “nas sombras” acadêmicas e midiáticas. O grupo almeja assim dar luz à profissionais brasileiras.

A arquiteta e urbanista argentina Zaida Muxí é indicada por grandes instituições de reconhecimento internacional, não só pelas *Arquitetas Invisíveis* como uma importante referência na área por seus estudos urbanos e pensamentos críticos feministas, sob perspectivas das mulheres na arquitetura e na cidade, inclusive em produção e lugares acadêmicos. Santos (2020) considera, portanto, a onda de debates acerca de gênero relacionadas às profissões como um movimento social emergente dos anos 2010, quando outras profissionais uniram forças aos debates sobre mulheres e cidade, não só arquitetas e urbanistas. A pesquisadora alerta que apesar da maioria dos coletivos de estudantes de ensino superior e das profissionais que começaram a ocupar espaços fomentando sobre a urgência da temática, ao pensar uma nova

prática urbanística, pouco contemplavam recortes de raça e classe. E alerta sobre a constância das denúncias e organizações – dentro e fora das escolas de arq-urb, que realizam trabalhos feministas, de gênero, com e para mulheres, muitas revolucionam o pensar acadêmico hegemônico a partir da interseccionalidade como ferramenta de análise. Destacando que a interseccionalidade é um instrumento teórico e metodológico cunhado por feministas negras e costuma frequentemente ser usurpado pelo pensamento acadêmico intelectual branco. Desse jeito Santos (2020) reforça a relevância de aprofundamento na teoria e conceituação a cerca da sensível temática de estudo, para que não haja apagamento, apropriação ou má interpretação dos movimentos sociais citados – o que comprometeria toda a fundamentação do trabalho, visto que feriria os princípios básicos das teorias feministas.

Mulheres negras e/ou indígenas (mulheres não brancas), Arquitetas-urbanistas, como Tainá de Paula, Joice Berth, Stephanie Ribeiro, entre outras brasileiras protagonistas de uma nova leitura sobre cidade, empoderamento profissional e modo de fazer arquitetura, são citadas por Santos (2020) por reivindicarem seus lugares de fala há séculos. A pesquisadora ainda revela que o uso da expressão “há séculos” não foi usada como um exagero, mas sim, como um determinante de tempo: “Fazem, sim, séculos, vários montinhos de cem anos – que as mulheres se organizam em busca de serem sujeitas de si, comportando-se pessoal e politicamente como rupturas das estruturas sociais hegemonicamente patriarcais, ou seja, machistas, racistas e misóginas” (SANTOS, 2020, p.43).

Em relação ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-BR), a professora conta que em 2018, foi publicada uma pesquisa realizada pelo Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU), informando que 97.093 mulheres estão atuantes no mercado profissional, conforme a data do levantamento. Porém, na notícia em questão, a ênfase foi para aquelas que registraram, formalmente junto ao conselho, seus trabalhos em forma de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT). Na época da publicação a proporção entre homens e mulheres na profissão já era conhecida: as mulheres são a maioria nas escolas e no exercício da profissão. Observamos que houve uma inversão dessa proporção desde e época do manifesto de Jacobs.

Santos (2020) cita uma pesquisa do CAU-BR de 2019 mostrando que no Brasil, há 167.060 arquitetos e urbanistas ativos e registrados. Dentre estes, a maioria, 63,10% (105.420) são mulheres, enquanto 36,90% (61.640) são homens. Quando verificado o número de mulheres estudantes, a margem cresce para 67% de futuras arquitetas e urbanistas (DINIZ, 2019). Mesmo com o expressivo crescimento de mulheres na profissão, as questões sobre gênero, feminismo e mulherismo seguem sendo escamoteadas pelo meio acadêmico como uma afronta às tradições da arq-urb. O que reforça o lugar de diferença que pesquisas e pesquisadoras feministas ocupam dentro do meio acadêmico conforme anúncio de Santos (2020).

Para dizer sobre raça-classe-gênero Santos (2020) escreve à respeito da atuação profissional e diz que ao cruzamos a realidade racial do país com os dados sobre os profissionais da área, percebe-se uma invisibilidade e forte desaparecimento dos poucos profissionais negros e negras no Brasil e mundo. Pensando dentro duma ferramenta de análise interseccional, várias arquitetas e urbanistas e estudantes negras vinham debatendo e reivindicando seus lugares, como foi o caso da Arq. Gabriela Matos, atuante em Minas Gerais, ela se questionava por não encontrar profissionais como ela no mercado de trabalho, o qual fazia parte há dez anos, nem mesmo nos meios sociais em que frequentava. O incômodo com a ausência de pessoas negras, inclusive nos meios em que frequentava, somou força com a recifense Bárbara Oliveira. Juntas, iniciaram um mapeamento online, “que buscou encontrar, catalogar, divulgar e potencializar o trabalho de mulheres negras nas áreas da arquitetura, design

³ Site oficial das *Arquitetas Invisíveis*: www.arquitetasinvisiveis.com.

e urbanismo” (DINIZ, 2019). Com o lançamento da busca, até o final de 2018, 330 arquitetas e urbanistas negras brasileiras haviam se cadastrado na plataforma. Logo, surgiu o projeto “Arquitetas Negras”, que tem como ação precursora a produção da primeira revista com conteúdo pensado e produzido exclusivamente por arquitetas negras, no Brasil. A revista, então, promove uma forte crítica às normatizações e apagamento das arquitetas negras, rompendo com o racismo e machismo estruturais que sustentam não só a arquitetura brasileira, como a sociedade (MATOS *apud* DINIZ, 2019). A relevância em visibilizar e problematizar raça e gênero na arq-urb também foi abordada pela revista, já citada “Arquitetas Invisíveis”, quando evidenciaram a importância da representatividade dentro da profissão apontando brevemente a biografia e trabalho de 31 arquitetas negras de diversos países.

Devir-arquiteta-urbanista-feminista

“Todos nós, na acadêmica e na cultura como um todo, somos chamados a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais – e a sociedade – de tal modo que a nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade” (bell hooks⁴, 2017, p.50).

Para a autora falarmos sobre feminismo no Brasil sem uma perspectiva que reconheça as diferenças de classe e raça, seria um esforço meramente ilusório, quase ingênuo e definitivamente ineficiente. O entendimento de sobre as socializações e estruturas que condicionam raça e classe na prática e teoria feminista, ou em qualquer área do conhecimento é fundamental, sendo o racismo, patriarcado e capitalismo compreendido pelo feminismo como berço das opressões e violências. À vista disso, os caminhos da pesquisa por ela elaborada foi afetada por uma questão geratriz: Como ser uma arquiteta feminista na contemporaneidade? A pesquisa de dissertação portanto foi nomeada e pode ser considerada pela área do urbanismo feminista, por ter investigado pistas e rastros que dialogavam de algum modo com a temática feminista, mapeado portanto os atravessamentos feministas na práxis e epistemologia da arq-urb. Durante o processo cartográfico a movimentação do pensamento crítico urbanístico esteve focado sobre a experiência da mulher pelotense usuária do transporte público coletivo (ônibus) e as potenciais apreensões acerca da cidade através da cartografia em ônibus. Coexistindo, portanto, a investigação geratriz, com o entrelaçamento de pesquisa entre o corpo-pesquisadora que cartografa o ônibus, assim evidenciando um devir enquanto profissional feminista atuante na área, que percorreu em olhares, diálogos, escritas e mapas.

Ainda na argumentação acerca do feminismo Santos (2020) recorre a Emma Goldman (1869-1940), uma potente feminista anarquista, que é reconhecida na contemporaneidade pela sua paixão e fôlego em reunir ser e fazer: “Não acredito que alguém que tenha vivido tão intensamente quanto eu possa separar, ser e fazer” (GOLDMANN, *apud*. SOUZA-LOBO, 1989, p. 29). Para Emma, quando uma mulher é radicalmente fiel a si mesma, torna-se uma pária, uma marginal para a sociedade (SOUZA-LOBO, 1989, p. 40). O feminismo da anarquista transborda em sua política, memória e reflexões questionadoras do status quo centrado no homem e na produção capitalista. Dito isso, a autora trás a luz do debate a psicanalista do nosso tempo, Suely Rolnik (1996) que juntamente com o filósofo Félix Guattari, aproximam subjetividade, devir e luta política, e como Emma nos dizem: “Todos os devires singulares, todas as maneiras de existir de modo autêntico chocam-se contra o muro da subjetividade

capitalística” (ROLNIK; GUATTARI, 1996, p. 50).

A conversa não parou por aí, pois a poetiza Angélica Freitas serve como inspiração para a pesquisadora, quando esta escreve:

Um muro, muitos muros, todos feitos de uma maneira, um jeito. Alguns próximos uns dos outros, outros tão distantes. Alguns formam casas ou compõe corpos-casa, como nos conta a poetisa Angélica Freitas, em “A mulher é uma construção”. Na sua interpretação sobre o habitar corpo-casa, por uma mulher lésbica, brasileira, pelotense, que empodera-se sobre o seu sujeito mulher como um corpo que devem tijolos à vista, numa arquitetura que impõe rebocos e acabamentos que padronizam e naturalizam opressões e modos que regem a pessoa-mulher (SANTOS, 2020, p.47).

*“A mulher é uma construção
deve ser
a mulher basicamente é pra ser um conjunto habitacional
tudo igual, tudo rebocado
só muda a cor
particularmente sou uma mulher de tijolos à vista [...]”
(FREITAS, 2012, p. 45).*

Logo após apresentar o trecho à cima, a pesquisadora nos diz que Angélica (2012) nos leva a refletir o que diferentes teorias feministas discutem: que o “ser mulher”, ocupar esse lugar-casa-corpo de mulher é uma construção coletiva. Com isso, a pesquisadora relaciona poesia pelotense com filosofia e psicanalisa para dizer sobre a ideia de subjetividade, quando lembra a definição de Rolnik, com o processo de devir-mulher na sociedade, se faz fundamental para pensar sobre uma cidade feminista, o atravessamento do corpo mulher que pesquisa e das reflexões sobre o que afetam a pesquisadora durante a experiência de investigação urbana.

Com isso a pesquisa de manejo cartográfico defendida por Santos (2020) fazendo uso da interseccionalidade como instrumento para o olhar feminista, pode potencializar e visibilizar rastros e pistas muitas vezes desconsiderados por outros métodos tradicionais, mesmo por aqueles ditos qualitativos e ditos atentos às vulnerabilidades – porém não feministas. Sobre a cartografia urbana, é preciso dizer mesmo que brevemente se tratar de um método em constante movimento:

Como um mapa líquido, que se movimenta e diz sobre o que acontece num momento específico – naquele instante, daí a proximidade com o conceito de contemporaneidade de Agamben (2009) e do experimentar o aqui e o agora de Jacques (2012). Uma pesquisa urbana que faz uso do manejo cartográfico, com matérias da filosofia da diferença, não busca pelo que é certo ou errado, nem está atrás de verdades ou mentiras (ORLANDI, 2014). Ela se dá numa junt(ação), na coexistência de opostos, num entremeio rizomático, portanto a cartografia urbana não constrói o movimento analítico de pesquisa de maneira hierárquica ou linear, como acontece num estudo historiográfico tradicional urbanístico. O manejo cartográfico é um risco. Um processo que experimenta, experiência, se sensibiliza com a proximidade com o outro, com o corpo, com o lugar: “Podemos vislumbrar uma atualização da prática urbanística tradicional a partir da compressão das experiências dos errantes, da sobrevivência desse “outro” estado de corpo errante que é formado pela própria

4 Conforme decisão de hooks, seu nome deve ser sempre escrito em letras minúscula.

experiência urbana (JACQUES, 2012, p. 265 *apud in* SANTOS, 2020, p.68)

Para desenvolver o manejo cartográfico Santos (2020) correlaciona técnica exploratória de pistas e rastros de processos, Félix Guattari que em alguns momentos a nomeia o manejo de pesquisa como uma “cartografia do desejo”, a de Suely Rolnik que a partir das ideias de Guattari investigou sobre uma “cartografia sensível” e de Paola Jacques que dentro da sua errantologia urbana entre outras, nomeou como “corpografia”.

Já como procedimentos metodológicos, podemos desenhar, fotografar, filmar, escrever, conviver – a cartografia cria seus próprios movimentos, seus próprios desvios. A cartografia é um projeto que pede passagem, que fala, que sente, que se emociona. Um mapa do presente, como um conjunto de fragmentos, em eterno movimento. Uma das tarefas do cartógrafo é trazer à tona acontecimentos que, em outras formas de análise urbana, não são considerados. É o caminho de futebol, o cachorro de rua, os camelôs, as bicicletas, as conversas, os personagens, os eventos – são micropolíticas (ROCHA, 2008, p. 162).

O arquiteto e urbanista Eduardo Rocha (2008) se soma às autorias supra citadas e auxilia Santos, dizendo que a cartografia pode ser tanto um projeto de arquitetura como um projeto do pensar, pois é um método que nos provoca a movimentação do pensamento. Uma movimentação exploratória dos sentimentos, uma experiência de sentidos e dos desejos que escorrem pela estrutura das cidades contemporâneas, cartografia então, pode-se dizer é uma técnica territorial. Desse modo, a cartografia urbana elaborada pela pesquisadora noemada como experiência urbana feminista, não só adjetiva e qualifica o campo de trabalho que correlaciona arq-urb-filosofia da diferença, mas também apresenta um fazer pesquisa feminista a partir do lugar de fala como também uma arquiteta-urbanista. Para mais sobre o método e aplicação da cartografia realizadadurante o processo de pesquisa, recomenda-se buscar diretamente na dissertação da autora para melhor fundamentação. Método neste ensaio citado apenas para dizer que a nomeação feminista não intitulou o estudo de Santos (2020) só pela urgência da autopromoção feminista inicialmente aqui apresentado. Mas também pelo feliz encontro da prática cartográfica em adjetificar o processo realizado por tal autor para: uma melhor definição conceitual; evidenciar as diferentes possibilidades de prática cartográfica e identificar o “como fazer cartográfico” ali utilizado, entre outras razões.

Mobilidade Urbana como uma prática do urbanismo feminista

Como uma última contribuição desse ensaio para quem o lê acredita-se ser importante apresentar alguma das práticas de urbanismo feminista já legitimadas pela práxias ao longo do tempo, que foi utilizada por Santos (2020), como uma das referências de como correlacionar arq-urb e feminismo. Com isso, primeiramente precisa conhecer da onde vem o nome urbanismo feminista. A Arquiteta e Urbanista, Zaída Muxí (PUNT 6,

2019) uma das fundadoras do Col-lectiu Punt 6⁵ define o urbanismo feminista como uma ruptura fundamental de valores, uma prática de novos processos que olhem e compreendam as necessidades das pessoas e a solução das problemáticas urbanas a partir de outro prisma com outras prioridade. E nos chama à importância do movimento em dizer-se feminista e não um urbanismo com perspectiva de gênero quando invoca a reflexão sobre o nosso posicionamento político enquanto mulheres que querem não só analisar as diferenças urbanas, mas erradicar as desigualdades, Santos (2020) sustenta-se em tal escrita para legitimar a sua pesquisa diante possíveis olhos que apenas veem a prática tradicional urbanística como possível, e assim ela cita Zaída:

Es importante hablar de urbanismo feminista, para reconocer todo el repertorio de luchas e teorías feministas desarrolladas por una masa crítica con un impacto social capaz de generar el contexto en que se desenvuelve actualmente su propia propuesta. Para hablar de urbanismo feminista es imprescindible ser honesta y respetuosas al tener en consideración el trabajo de las que han luchado durante años para que las experiencias de las mujeres y la vida cotidiana sean consideradas e incorporadas a la construcción del espacio. El urbanismo feminista es un posicionamiento y una herramienta política, ya creemos que la configuración física y social de los espacios determina la realidad cotidiana de las personas en la ciudad, y que un enfoque feminista puede contribuir a una transformación social e física, rompiendo jerarquías y cambiando realidades (COL-LECTIU PUNT 6, 2019, p. 21).

Assim como a pesquisadora, Muxí tem contribuído a cada projeto, conferencia, artigo - enquanto professora feminista. Zaída estava na época da escrita alocada junto ao Departamento de Urbanismo de ETSAB, reafirmando se contra resistências machistas e androcêntricas, elaborando dia a dia relações entre arquitetura, urbanismo e gênero. A professora considera a perspectiva feminista como uma aproximação e não uma disciplina em si, já que a partir dela que a arquitetura aborda questões sobre espaço público, habitação ou mobilidade, tanto dentro da academia, quanto em seus trabalhos profissionais, inclusive junto à administração pública.

No livro Urbanismo Feminista escrito coletivamente (literalmente a muitas mãos), a genealogia desses estudos autopromocionados feministas (principalmente na área do urbanismo) é apresentada como uma transformação radical de los espacios de la vida, uma leitura bastante específica e apaixonante. As contribuições de várias mulheres, desde norte americanas, europeias, europeias ocidentais e especialmente latino-americanas, entre outras, são tratadas rapidamente, mas de forma particular, destaca a pesquisadora. Cada feminista é apresentada a quem lê juntamente com as suas contribuições para o movimento e teoria feminista, uma leitura imprescindível a quem reconhece a importância do tema, mas não sabe por onde começar a procurar. Posta a breve apresentação conceitual supracitada, considera-se importante também dizer sobre a mobilidade urbana a partir do olhar e práxis dessas mulheres do Col-lectiu Punt 6 (2019), mesmo que de modo sucinto. Pois é com essas mulheres com diferentes

⁵ “Cooperativa de arquitetas, sociólogas e urbanistas, formadas atualmente por Roser Casanovas, Adriana Ciocolletto, Mara Fonseca, Sara Ortiz Escalante e Blanca Valdivia. Integrada por mulheres de diversos lugares e com mais de quinze anos de experiência local – Barcelona, Espanha, regional e internacional, Punt 6, atualmente é uma das referências fundamentais da crítica e prática do urbanismo feminista. Desde o nascimento em 2005, suas integrantes veem propondo oficinas, elaborando guias, diretrizes, trabalhos docentes, investigações acadêmicas e consultorias urbanas, auditorias sobre gênero e cidade. Além de ter proposto um conjunto de projetos com contribuições reais para a transformação necessária para viver em cidades mais inclusivas, onde seus habitantes sejam protagonistas” (COL-LECTIU PUNT 6, orelha página, tradução nossa). Para mais acessar: <http://www.punt6.org/en/>.

nacionalidades que Santos (2020) elabora sua fundamentação do “como realizar” uma pesquisa que habita o campo da mobilidade urbana porém de uma maneira transgressora.

Considerando o Urbanismo Feminista do Col-lectiu Punt 6, Santos (2020) fundamenta seus estudos e praxis em mobilidade urbana como uma praxis que deve principalmente priorizar àqueles que se deslocam pelo tecido urbano à pé ou enquanto usuários do transporte público coletivo e também considerar sempre o tempo-espaço de deslocamento. Com isso entende-se que a pesquisa também serve como uma experiência dentro do campo da mobilidade urbana já que tais questões eram observadas pela pesquisadora durante a cartografia feminista. Logo algumas das variáveis descritas pelo Col-lectiu Punt 6 como relevantes para pensar uma mobilidade urbana feminista são evidenciadas para o mapeamento (narrativas urbanas) e análise dos mapas pela pesquisadora. São essas: as atividades que são realizadas no nosso dia a dia, se temos ou não outras pessoas sob nossa responsabilidade, como usamos o nosso tempo diário, além da renda de cada pessoa, são condicionantes para os deslocamentos urbanos e atravessam às análises que estudam a questão sob perspectiva de gênero, conforme descrito por Santos (2020).

Nesse sentido a pesquisadora conta que na genealogia do urbanismo feminista, o caráter democrático da mobilidade urbana é invocado pela geógrafa Carme Miralles-Guasch - vinculada à Universitat Autònoma de Barcelona, quando esta afirma a função da mobilidade em possibilitar aos cidadãos/ãs explorarem seus territórios, tanto para atividades de lazer, domésticas e-ou laborais. Para isso é importante adaptar tudo aquilo que facilita o movimento das pessoas pelas cidades, trazendo a maioria destas a experiência em diferentes horários e dias os diversos lugares urbanos. Carme ressalta que as políticas públicas vinculadas à mobilidade devem então, serem adaptadas para inclusão das mais diversas características individuais, como: renda, idade, gênero... E também, aos desiguais ritmos de uso tempo e espaços da cidade: centro-periferia, dia-noite, laboral ou festivo.

Para Santos (2020) os territórios e usos da cidade, e por consequência a lógica organizacional da mobilidade urbana, são pensados a partir de uma lógica antiquada porém bastante utilizada, que priorizar as atividades produtivas e o estilo de vida de alguns em detrimento de outros. Um favorecimento que tem um corpo político definido - a um tipo de sujeito: homem, branco, classe média-alta e portador de veículo individual. Tal panorama é apontado pelo Urbanismo Feminista também como resultado de políticas sobre mobilidade ainda serem pensadas e determinadas por áreas como as engenharias, por exemplo. E é sabido que tais ambientes são ainda protagonizados por homens não brancos, e estes, acabam por não considerar praxis fundamentadas nas condições humanas da contemporaneidade, mantendo portanto uma visão fortemente masculinizada e androcêntrica na hora de pensar a cidade – pouco inovadora e nada democrática.

Na contra-mão deste movimento urbano tradicional, algumas profissionais como Paola Jirón, estudiosa da área de mobilidade e gênero na Universidad de Chile, constroem novas práticas que estabelecem outros olhares sobre o tema: *“la movilidad es una de las experiencias cotidianas con mayor impacto en la calidad de vida urbana de las personas”* (COL-LECTIU PUNT 6, p. 177). Somando isso, com uma mobilidade pensada nos deslocamentos funcionais tradicionalmente androcêntricos, típico do planejamento produtivo do capital, à realidade de gênero, as mulheres deslocam-se muito mais nos trechos cotidianos num simples ir e vir casa-trabalho, destaca Santos (2020). Diferente dos homens, que têm seus locais de trabalho em lugares urbanos privilegiados. Relacionando lugares de trabalho, moradia, gênero, classe e raça, exemplo disto estão à maioria das cidades brasileiras.

A autora trás a visão de Miralles-Guasch que reforça a situação da mobilidade urbana feminista: “analisar o deslocamento das mulheres nos mostra modelos de mobilidade que derivam de seus papéis estabelecidos pela sociedade patriarcal.” (COL-LECTIU PUNT 6, p. 178, tradução nossa) A mobilidade cotidiana das mulheres, para a feminista, é então, mais complexa, sustentável e diversa, auxiliando a autora na legitimação e defesa do recorte feminista diante as escolas tradicionais urbanas:

[...] para desenvolver modelos de mobilidade sustentável, deveriam tomar como exemplo os padrões de mobilidade das mulheres, porque além de serem sustentáveis, os padrões de gênero condicionam como se movimentam as pessoas na cidade dependendo de suas diversidades e de suas responsabilidades vinculadas ao cuidado. Devido a dupla e tripla jornada, mulheres produzem mais viagens por mais diferentes e numerosos motivos, efetuando deslocamentos poligonais, cruzando atividades, buscando sempre menores distâncias a cada viagem, mas ao final do dia elas rodaram mais quilômetros utilizando o transporte público ou a pé (COL-LECTIU PUNT 6, p. 178, tradução nossa).

A realidade do acesso ao transporte vinculado à renda é discutida pelo Urbanismo Feminista e conversa assim com a pesquisa, quando este traz a realidade da feminização da pobreza, que está atravessada por questões de lugares de moradia, classe e raça. Quando a mobilidade urbana não está direcionada a atender as demandas dessas mulheres, não há como estas competirem com a realidade de mobilidade daqueles que fazem uso dos privilégios urbanos, atravancando assim não só o desenvolvimento produtivo das cidades, mas individuais. Ou seja, questões amplas condicionam possibilidades de ascender socialmente, economicamente, mulheres são excluídas de oportunidades culturais, educativas, entre outras - quando não há uma mobilidade urbana pensada para as suas realidades.

Nas palavras de Santos (2020) outros apontamentos a respeito da inclusão enquanto saúde, idade, acessibilidade física e etc, são marcados pela teoria como desafios para uma mobilidade urbana feminista. Assim, como a urgência de segurança vinculada ao uso do direito de movimentar-se pelo território urbano, “a mobilidade deve ser segura e livre, porque a violência machista e a percepção de (in)segurança continua condicionando o direito das mulheres à cidade” (COL-LECTIU PUNT 6, p. 181, tradução nossa).

Com intenção de pensar a infraestrutura da mobilidade urbana, é proposto então que se considere as variáveis particulares das mulheres, em compreensão da gama ampla de diversidade que consiste em suas concepções de segurança. Como auxílio à tarefa de pensar a segurança e mobilidade urbana, as feministas do PUNT 6, nos dão pistas, são esses os seis principais pontos para um entorno seguro para as mulheres, são eles: 1) saber onde se está e para onde se vai; 2) ver e ser vista; 3) escutar e ser escutada; 4) poder escapar e obter auxílio; 5) viver em um ambiente limpo e acolhedor e 6) atuar coletivamente (COL-LECTIU PUNT 6, p. 189).

Ainda movimentando o pensamento feminista a partir dos trabalhos desenvolvidos do Punt 6 (2019), o cotidiano é utilizado como ferramenta de análise do tempo e do espaço e também como metodologia de trabalho. Para elas, o cotidiano estabelece uma continuidade entre as diferentes tarefas do dia a dia, evidenciando a distribuição desigual de tarefas e responsabilidades condicionadas à cada gênero. Permitindo assim, refletir sobre as diferentes zonas urbanas e se estão ou não adaptadas às necessidades diárias. Ao entender a vida cotidiana que as pessoas desenvolvem, especialmente as mulheres, há uma tentativa de ruptura com a divisão espacial do

público e privado, um cotidiano que diz tanto sobre a vida do dia a dia, quanto dos acontecimentos eventuais. As análises realizadas pelo trabalho de Teresa Torns, evidencia como um importante centro do conceito de cotidiano as pessoas e suas percepções subjetivas.

Na busca de ampliar a metodologia que inclua a análise da vida cotidiana de forma a relacionar o frequente espaço corpo-casa-bairro-cidade-região, dos últimos anos temos adotado ferramentas para incorporar os corpos e as casas como escala de análise. Por isso desenvolvemos metodologias que buscam ser exemplos práticos de ruptura com a dicotomia público-privado através de exercícios que tentam analisar o espaço desde a continuidade e a experiência incorporada (COL-LECTIU PUNT 6, p. 86, tradução nossa).

Santos (2020) também destaca duas das ferramentas metodológicas que tem contribuído para os estudos urbanistas feministas (PUNT 6, 2019), são elas: “a casa sem gênero” e os “mapas corporais”. Considerando o recorte de estudo da pesquisa de Santos, a análise foi direcionada aos mapas corporais que utilizados por elas, principalmente, nas auditorias sobre segurança urbana com perspectiva de gênero. Os mapas em questão por elas trabalhados têm servido para analisar e visibilizar como acontece a vivência urbana através dos corpos, considerando as emoções, sensações e outras manifestações físicas e sensoriais. Estas são então despertadas e potencializadas em função da relação com espaços urbanos e entorno habitáveis. Correlacionando atravessamentos do espaço público e entorno urbano com o íntimo e privado de cada pessoa, importante dizer que tais mapas são também utilizados por outras áreas do conhecimento desde 1980.

Conforme o Col-lectiu Punt 6 (2019) foram Ana Falú y Virginia Vargas, as responsáveis pela inclusão dos mapas corporais - aqueles utilizados por elas - na prática do urbanismo, ocorreu no final de 2000. Na interpretação das feministas citadas, esses mapas corpóreos são importantes para análise do corpo como espaços biográficos, de memória e também de resistência nas cidades, fazendo assim relação com o conceito de território já apresentado:

Trabajar la experiencia del espacio urbano en nuestro cuerpo, y en particular de las violencias, y revisar la configuración física y social de la casa en que vivimos puede ser frustrante sino hace con cuidado. Es un labor que debe realizarse con grupos que poseen vínculos de confianza, respeto, apoyo y que trabajan en un proyecto con una cierta continuidad (COL-LECTIU PUNT 6, p. 90).

Santos (2020) alerta que para aplicação desta metodologia corpórea, como dito pelas feministas, demandam um tempo e atenção especial para que sejam processos contínuos e com preparação sensível da equipe. Pois, por ser uma ferramenta de pesquisa bastante potente em profundidade reflexiva por vezes podem acarretar despertares traumáticos, provocando momentos dolorosos e até mesmo de violências. Portanto, demandam um processo de após o mapeamento (dinâmica em grupo) haja atenção técnica para reparar e dar o devido “fechamento” às subjetividades acessadas durante o trabalho coletivo.

Logo, seja nas atividades junto aos grupos desenvolvendo processos de apreensão urbana feminista ou na discussão dentro da equipe, pensar mobilidade urbana feminista com e para mulheres é principalmente estar atenta umas às outras. Referenciando a própria fala das feministas do Punt 6 que dizem sobre a importância de priorizar o cuidado entre nós mulheres - relacionando empatia e responsabilidade social, na

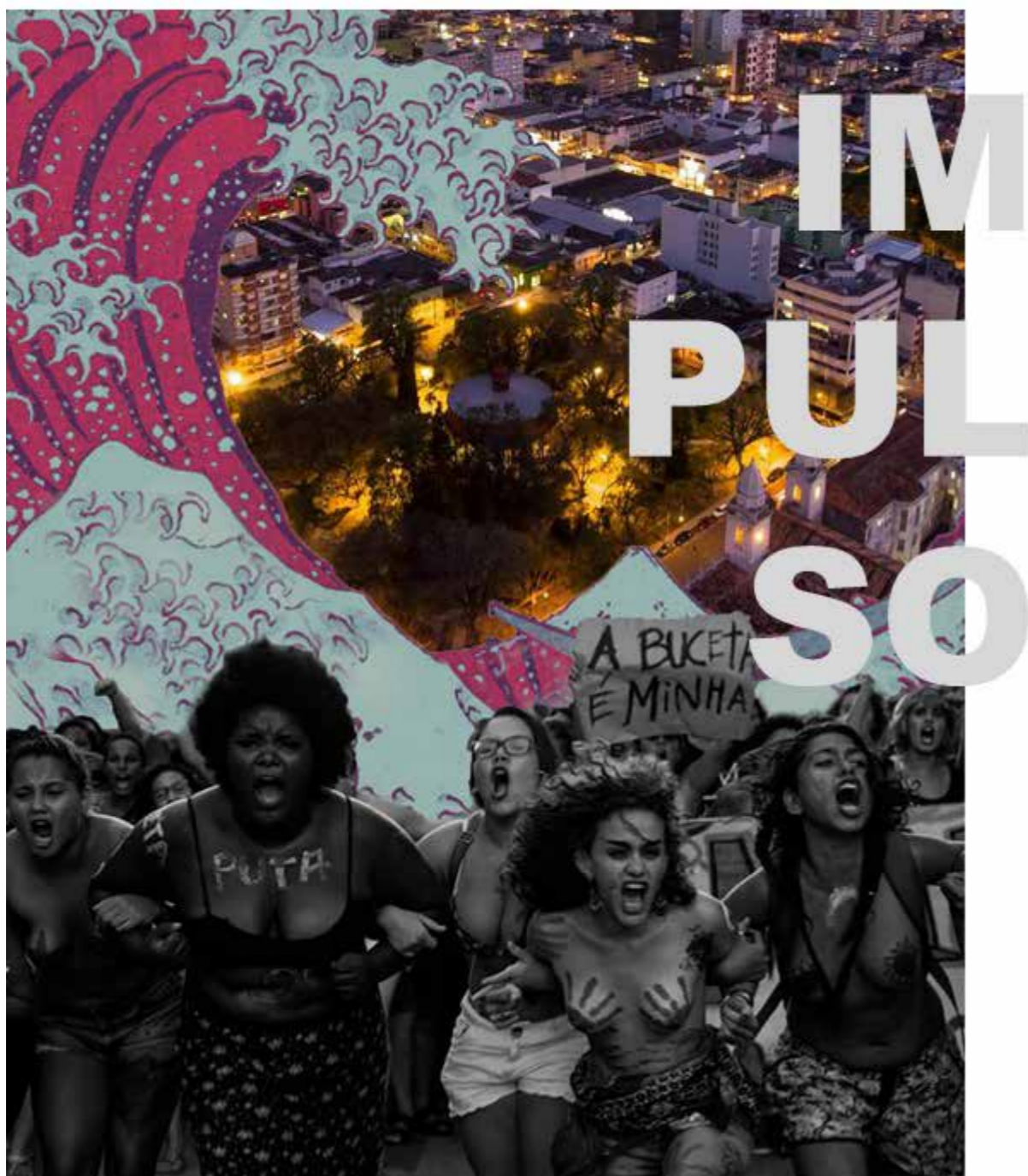
tentativa de transformar e erradicar posturas que invisibilizam as injustiças do sistema capitalista, patriarcal e colonial. O urbanismo feminista por assim dizer coloca-se enquanto um pensamento inovador e urgente, visto que mesmo quando em nosso tempo atual temos um melhor entendimento de priorizar as pessoas ao projetar as cidades, ainda nos falta evidenciar a possibilidade de promover uma mobilidade urbana que garanta de fato o acesso democrático à cidade, principalmente as populações que mais estão em vulnerabilidade ao se deslocarem pela cidade, como: as mulheres, as pessoas não brancas e aquelas da comunidade LGBTQIA+.

Riscos finais (ou iniciais)

Muito houve e se modificou do ano da escrita original e integral desse texto, como dito anteriormente, uma pandemia houve e com isso emergiram às superfícies diversas realidades de experiências urbanas (e domésticas). A maioria dessas borbulhas que estão na superfície das conversas acadêmicas dizem sobre o que para muitas de nós não era novidade, como: as desigualdades sociais, as estruturas patriarcais, machistas e racistas que ainda regem as diversas áreas da vida humana. Porém, algo está diferente – mesmo que ainda à margem, a urgência em ouvir-falar-pesquisar sobre essas e outras demandas da nossa contemporaneidade parece ser uma das maiores emergências dos últimos dois anos. Uma urgência que também não é novidade para muitas, mas que queima, e grita, e treme a terra como um vulcão prestes a entrar em erupção. À vista disso, urge a necessidade e elucidar e legitimar cada vez mais os estudos feministas como uma área em constante crescimento e uma inovação também para arquitetura e urbanismo.

Este ensaio colocou-se nesse mar que nos pulsa em ondas de respiros e mergulhos. Trouxe rastros de uma discussão teórica que por sua mistura entre arq-urb-feminismo já se fez emergente. Pensar-escrever-produzir pesquisas que correlacionem os estudos teóricos e práticas aqui apresentados me parece ser uma das contribuições históricas do nosso tempo, tanto o acadêmico quanto o das pranchetas de projeto, em escritórios públicos e-ou privados.

Com isso, fica a critério de cada um-a o como usar tudo que aqui foi dito, pois bem, eis aí a função da consciência social e responsabilidade profissional de cada indivíduo, e porquê não chamar a função das instituições que dão corpo ao ensino e regimento da nossa profissão para também pensar e praticar uma ciência feminista? Tal pesquisa que originou este ensaio se propôs a isso. Esse ensaio se encerra aqui e ousa dizer, ainda fomentado pelo “como ser um arquiteta-urbanista-feminista-professora-pesquisadora”? E diz:



Para pensar feminismo-arquitetura-urbanismo, um último (ou inicial) movimento de consciência me parece fundamental: “o feminismo na contemporaneidade não vem mais como uma onda, mas como uma enchente” (SANTOS, 2020, s.p.).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Editora Letramento: Justificando, 2018.

ARQUITETAS INVISÍVEIS. Brasília: [s. n.], 2015. *Website*. Disponível em: <https://www.arquitetasinvisiveis.com/>Acesso em: 27 fev. 2019.

ARQUITETAS INVISÍVEIS. *Representatividade importa: conheça 31 arquitetas negras*. ArchDaily Brasil. 2018. ISSN 0719-8906. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/891887/representatividade-importa-conheca-31-arquitetas-negras>. Acesso em: 5 nov. 2019.

ARQUITETAS NEGRAS. [s.l]: [s. n.], 2018. *Perfil no facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/arquitetasnegras>. Acesso em: 05 nov. 2019.

ARQUITETAS NEGRAS. [s.l]: [s. n.], 2018. *Perfil no instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/arquitetasnegras/>. Acesso em: 05 nov. 2019.

BRASIL. *Lei Federal Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11340.htm. Acesso em: 06 out. 2019.

COLLECTIU PUNT 6. *Site Oficial Col lectiu Punt 6*. [Barcelona, Espanha], 2005. Online. Disponível em: <http://www.punt6.org/en/>. Acesso em: 20 set. 2019.

COLLECTIU PUNT 6. *Urbanismo feminista. Por una tranformación radical de los espacios de vida*. Barcelona: Virus Editora, 2019.

DINIZ, Ana Carolina. A arquitetura é branca, elitista e machista. Geledés. Instituto da mulher negra. 24 set. 2019. Online. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-arquitetura-e-branca-elitista-e-machista/> Acesso em: 07 nov. 2019.

FLACSO. J.J.W. Mapa da violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO Brasil, 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf Acesso em: 02 out. 2019.

FREITAS, A. *O útero é do tamanho de um punho*. São Paulo: Cosac Naify, 2012. 1.ed. p. 45.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S. *Micropolíticas - cartografias do desejo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HANISH, Carol. *Writings by Carol Hanish*. 2009. Online. Disponível em: <http://carolhanisch.org/>. Acesso em: 06 out. 2019.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IPEA. Atlas da violência 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf. Acesso em: 02 out. 2019.

IPEA. Atlas da violência 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf> Acesso em: 10 mai. 2022.

JACOBS, Jane. Morte e vida das grandes cidades. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias Urbanas. Arqtextos, São Paulo, n.93, 2008. Acessado em 10 set. 2019. Online. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.093/165>

JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela: edição com manuscritos e ensaios inéditos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. Experiência Rizomática. *Revista Redobra*. Itaparica, n.09, nov. 2011. p.205-215. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Experiencia-rizomatica.pdf. Acesso em: 01 out. 2019.

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos. 1. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.2, n.8, p.9-42, 2000. Acessado em 10 set. 2019. Online.

ORLANDI, Luiz. *Um gosto pelos encontros*. Site Territórios de filosofia, 29 dez 2014. Online. Acesso em: 10 jan.2020

ROCHA, Eduardo. Cartografia Urbana. In: *Revista Projectare 2*. Pelotas, 2008. p.162-173.

SANTOS, Shirley Terra Lara dos. *Narrativas Urbanas sobre o estar "em ônibus": experiência cartográfica feminista*. Orientador: Eduardo Rocha. 2020. 144f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. PROGRAU/UFPEL. Pelotas, 2020. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/5782/1/Shirley_Terra_Lara_dos_Santos_Dissertacao.pdf

SOUZA-LOBO, Elizabeth. Emma Goldman – Revolução e Desencanto: do público ao privado. In: *Revista Brasileira de História: A mulher e o espaço público*. São Paulo, v.9, n.18, p.29-41.

TIBURI, Márcia. *Entrevista com Marcia Tiburi: fala sobre feminismo e o papel da mulher*. 2015. Acessado em 08 nov. 2017. Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZKwzGDH-468>.

TIBURI, Márcia. *Filosofia Prática. Ética, vida cotidiana, vida virtual*. [s.l]: Editora Record, 2014. n.p